



**Data:** 04.12.2019

**Título:** Mudanças na avaliação das aprendizagens dos alunos

**Pub:**



**Tipo:** Jornal Nacional Quinzenal

**Secção:** Nacional

**Pág:** 1;4;5;6



Área: 1598cm² / 47%

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6678617



Data: 04.12.2019

Título: Mudanças na avaliação das aprendizagens dos alunos

Pub:

**JL** Educação



Tipo: Jornal Nacional Quinzenal

Secção: Nacional

Pág: 1;4;5;6

# Mudanças na avaliação das aprendizagens dos alunos

Avaliação formativa como chave para mudar práticas/o acesso ao superior como travão à mudança. Os artigos que se seguem tratam do papel da avaliação no processo de aprendizagem dos alunos, considerando que a avaliação para as aprendizagens fornece orientações ao professor para organizar o seu ensino de modo que todos e cada um dos seus alunos progridam. Trata-se de uma avaliação continuada de carácter formativo e regulador. Uma outra vertente da avaliação

é a avaliação das aprendizagens, de carácter sumativo, que se destina a atribuir uma classificação. Sendo a avaliação contínua fundamental, levantam-se questões várias, como, entre outras, a sua conciliação com as exigências do sistema, as competências exigidas e o acesso ao ensino superior, a relação ou a contradição entre avaliar e aprender, etc. É sobre estas questões e o intenso debate que suscitam que escrevem Pedro Lourtie, Leonor Santos e Gisélia Piteira.

## As competências no acesso ao Ensino Superior



Área: 1598cm<sup>2</sup> / 47%

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6678617

## PEDRO LOURTIE

«E hoje claro que o sistema de acesso ao ensino superior precisa de ser mudado. Sobre o que não há consenso é como fazê-lo. Nas audições realizadas no Conselho Nacional de Educação houve críticas ao atual sistema, pelos efeitos nefastos na via científico-humanística do ensino secundário, a via real para o ensino superior, mas também por obrigar os alunos dos cursos profissionais a exames de matérias que não cursaram, para se poderem candidatar.

Há um acordo alargado sobre a objetivo de aumentar a população com qualificações superiores, o que implica aumentar o número de jovens que acede ao ensino superior. Como a maioria dos que terminam os cursos científico-humanísticos já se candidata ao ensino superior, o crescimento do número de candidatos terá de vir dos cursos profissionais, que representam quase metade dos alunos do ensino secundário, e dos artísticos especializados, que são poucos.

A diminuição do número de jovens em idade de se candidatarem ao ensino superior e o atual sistema de acesso levam à existência de cursos com poucos candidatos, que lutam pela sobrevivência, apesar de outros continuarem a ter muitos candidatos e com notas elevadas. Por uma razão ou por outra, muitas instituições encontram razões para recear que as mudanças do sistema de acesso as prejudiquem. Também os pais e os alunos dos cursos científico-humanísticos receiam que a abertura aos cursos profissionais reduza as suas hipóteses de ingressar no curso que querem.

A discussão sobre alternativas aos exames do secundário não é fácil. Primeiro, porque há uma ideia muito enraizada de que os exames permitem avaliar a “qualidade” dos candidatos. Segundo, porque os exames são um instrumento de avaliação que é imune a cunhas. Se a segunda é verdadeira, a primeira não o é, dado que há competências importantes para o percurso no ensino superior que não são avaliadas por exames, para além de que o desempenho escolar, incluindo nos exames, é influenciado por fatores como a origem social dos alunos.

**FALAR DE COMPETÊNCIAS não é sempre popular, porque a palavra era usada em formação profissional**

**para competências operativas de tarefas de baixo nível intelectual. Atualmente a crítica vem sobretudo de quem considera que só o conhecimento é importante e que o resto é irrelevante.**

**Mas as competências têm feito o seu caminho, englobando conhecimentos, capacidades e atitudes. Os objetivos de aprendizagem do quadro de qualificações aprovado em 2005 no âmbito do Processo de Bolonha baseia-se em competências e constam da legislação nacional sobre Graus e Diplomas de 2006. Nesse mesmo ano, o Conselho da União Europeia aprovou uma recomendação sobre competências essenciais para todos, revista no ano passado.**

Na mesma linha estão o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, aprovado em 2017, e o quadro da OCDE para a educação de 2030. O Perfil define 10 competências essenciais: Linguagens e Textos; Desenvolvimento Pessoal e Autonomia; Informação e Comunicação; Bem-Estar, Saúde e Ambiente; Raciocínio e Resolução de Problemas; Sensibilidade Estética e Artística; Pensamento Crítico e Pensamento Criativo; Saber Científico, Técnico e Tecnológico; Relacionamento Interpessoal; e Ciência e Domínio do Corpo.

Para atingir estas competências é necessário valorizá-las na organização dos processos de ensino-aprendizagem e de avaliação do ensino secundário. A coerência entre objetivos de aprendizagem, processos de ensino-aprendizagem e avaliação designa-se por alinhamento construtivo. Sem alinhamento, como a maioria dos alunos orienta os seus esforços para obter os melhores resultados nas avaliações, os objetivos não são atingidos. Enquanto as atividades de ensino-aprendizagem que não contribuem para preparar para a avaliação são sentidas como irrelevantes ou de interesse duvidoso.

**OS ATUAIS EXAMES dos cursos científico-humanísticos e o Perfil estão claramente desalinhamos. Embora a avaliação dos alunos se não limite aos exames, também é interna, para conseguir que o Perfil seja atingido a avaliação tem de ser repensada, substituindo ou reduzindo o peso de exames como os atuais no acesso ao ensino superior.**

Se acreditássemos que os exames avaliam o que é mais importante para

o sucesso no ensino superior, teríamos um problema de difícil solução. No entanto, vários estudos apontam para que a nota do ensino secundário, que incorpora a nota interna, é um melhor preditor do sucesso no ensino superior.

Há três décadas, foi introduzida uma entrevista no acesso aos cursos de Medicina porque se considerava que os alunos entravam com muito boas notas, mas muitas vezes com um défice de competências, designadamente relacionais. As entrevistas acabaram, seja porque davam muito trabalho, seja pelas críticas de que eram permeáveis a cunhas. Mesmo sem cunhas, as competências que se pretendia valorizar não eram desenvolvidas na generalidade das escolas secundárias e quem vivia num ambiente culturalmente mais estimulante estava em vantagem, pela desenvoltura demonstrada ou simplesmente pela identificação empática do júri.

A minha experiência no Conselho Pedagógico do Instituto Superior Técnico (IST), escola onde chegam alunos com notas elevadas, diz que uma das dificuldades dos novos alunos é a de lidar com a autonomia, que requer capacidade de gerir o tempo e o stress, e as competências de expressão oral e escrita.

As alterações ao acesso ao ensino superior têm de ser introduzidas de forma progressiva, evitando desestabilizar o sistema, e devem ser implementadas em paralelo com as mudanças no ensino secundário, tendo em vista o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Por outro lado, há outros graus de liberdade possíveis, considerando que o processo de acesso não tem de se concentrar em poucas semanas no final do ano letivo e que pode, como noutros países, começar muito antes, criando oportunidades para formas diferentes de avaliação. »

*\* Pedro Lourtie é membro do Conselho Nacional de Educação (coordenador da 2ª Comissão Especializada). Prof. (jubilado) do IST, foi designadamente presidente da do Sindicato, diretor-Geral e secretário de Estado do Ensino Superior*

*”Necessidades e desafios educativos dos jovens (15-24 anos)*



**Vários estudos apontam para que a nota do**

**ensino secundário,  
que incorpora a nota**

**interna, é um melhor  
preditor (do que os**

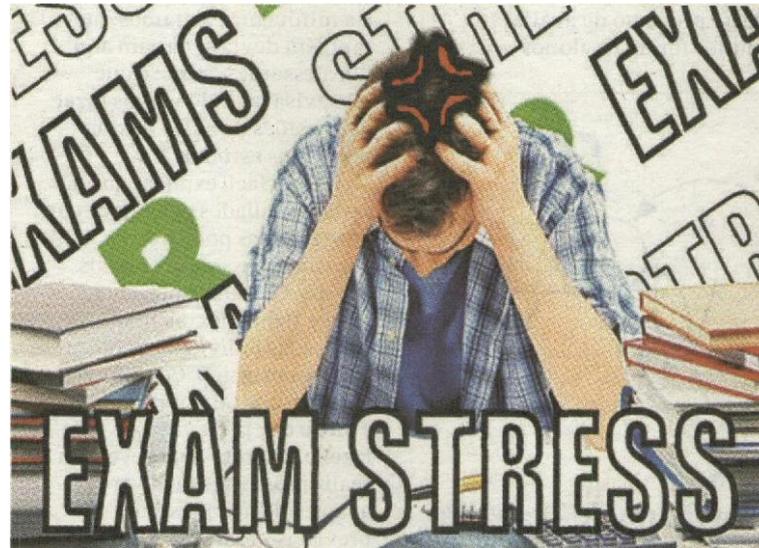
**exames) do sucesso  
no ensino superior**

# Mitos e equívocos sobre a avaliação pedagógica

LEONOR SANTOS

«A avaliação pedagógica, a avaliação do desempenho dos alunos, volta a estar na ordem do dia nas escolas portuguesas. As recentes medidas de política educativa exigem repensar as orientações e práticas avaliativas. São novos desafios que se colocam aos professores, nem sempre fáceis de resolver pelas memórias e práticas de muitos anos, mas estou certa que no final haverá uma significativa melhoria, quer nos documentos produzidos, quer nas práticas que os mesmos exigirão. Todos nós de forma mais ou menos direta poderemos contribuir para este projeto. Assim, procurarei nestas breves linhas chamar a atenção para alguns dos mitos e equívocos que continuam a existir e que podem constituir entraves ao processo de mudança.

**TODA A AVALIAÇÃO CONTÍNUA É FORMATIVA** Entendo a avaliação como um processo que ocorre num contexto social concreto. Envolve planificar o que fazer e para quê; recolher informação; produzir um julgamento a partir da interpretação da informação recolhida; e agir em conformidade. O que distingue a avaliação formativa da sumativa é o propósito com que é feita. Se este é ajudar a aprender, então estamos num registo formativo, se é hierarquizar, selecionar, certificar, prestar contas, trata-se de um registo sumativo. Logo, não é o instrumento de avaliação usado, o modo de recolher a informação, nem o momento em que é aplicado, que distinguem as duas modalidades de avaliação, mas sim o seu objetivo. Vejamos a seguinte situação: em todas as aulas da semana,



o professor aplica uma questão de aula (um número reduzido de perguntas diretas aplicadas no final da aula para verificar se os alunos aprenderam). Dois cenários podem dar seguimento a esta recolha. Entre duas aulas, este professor analisa as respostas dos seus alunos e daí ajusta a planificação realizada, decorrente de uma dúvida generalizada detetada ou de raciocínios erróneos distintos que identificou. Ou a partir dessa análise atribui uma classificação para juntá-la a outras de forma a determinar uma de final de período. Este exemplo, que traduz duas práticas avaliativas muito distintas nos seus propósitos, recorre ao mesmo método de recolha de informação, mas o uso que se lhe dá é diferente. Em síntese, não é por ser contínua que é formativa!

**A AVALIAÇÃO FORMATIVA RECORRE A UMA ESCALA qualitativa, a avaliação sumativa a uma quantitativa** Recentemen-

“**As recentes medidas de política educativa exigem repensar as orientações e práticas avaliativas. São novos desafios que se colocam aos professores**

te, algumas escolas optaram por uma organização semestral do ano letivo. Uma excelente opção em minha opinião. Há mais tempo para “respirar”, para se aprender - objetivo primeiro da escola -, para se poder trabalhar sem a pressão da necessidade de uma avaliação sumativa, para desenvolver uma avaliação formativa. E até para se integrar, se de um ano inicial de ciclo se tratar. Mas tal parece não ser

bem assim. A meio do semestre, há reuniões intercalares para informar os encarregados de educação (EE) sobre os seus educandos. Certo, mas para quê fazê-lo e como se procede? Por exemplo, saber que o seu educando tem “Suficiente” a Matemática, diz-lhe o que ele já é capaz de fazer e quais são as dificuldades que ainda tem? Como pode o EE apoiar o seu educando sem uma informação que o oriente? E o professor que uso dá a essa informação de modo a torná-la potenciadora de aprendizagem? E o aluno que uso faz dela e como o pode fazer? Afinal este momento mantém a natureza sumativa de prestação de contas. Em síntese, não é por a escala escolhida ser qualitativa que determina em que registo estamos, mas sim o uso que damos à informação recolhida.

Sem sistema de retenção todos passam, saibam ou não. É o facilitismo no seu maior expoente! Portugal tem, ao longo das décadas, resistido à substituição do sistema de repetências por outro pedagogicamente mais eficaz. Ciclicamente, retoma-se esta questão. Tenho a impressão, a partir do que tem vindo recentemente a público nos média, que chegámos ao grau de maturidade suficiente para discu-

tirmos com seriedade esta proposta de alteração do sistema educativo, nomeadamente refletindo sobre a sua necessidade e utilidade. **QUE O SISTEMA DE REPETÊNCIAS É O SISTEMA pedagógico menos eficaz, muito embora o mais caro, está provado há várias décadas.** Por exemplo, Jean-Jacques Paul, em 1996, publicou um livro intitulado *Le redoublement: pour ou contre?*, onde descreve diversos estudos sobre o que pensam os professores e os alunos sobre o sistema de retenção. Quanto aos professores, as razões justificativas da retenção estão na sua maioria diretamente ligadas aos alunos: falta de conhecimentos, de métodos de trabalho, e de capacidades intelectuais ou de compreensão. Para eles, a decisão de retenção não é uma sanção, mas sim uma medida positiva porque oferece aos alunos a oportunidade de melhor se prepararem para os desafios futuros. Contudo, os alunos repetentes, quando comparados com os seus pares, têm uma visão mais negativa deles próprios. Vergonha, tristeza e depressão, são os sentimentos maior número de vezes por eles referidos. A repetência é uma das maiores causas do abandono escolar precoce.

Associar facilitismo ao término

do sistema de retenção é no mínimo estranho! É facilitismo acompanhar os alunos num trabalho adicional ao primeiro sinal de problemas ou aceitar, logo no início de um ano escolar, que um grupo de alunos não tem possibilidade de acompanhar e de aprender, desistindo-se deles, e exigindo-lhes apenas que não perturbem o trabalho dos outros?

Comecei este texto referindo a situação que as escolas portuguesas estão hoje a viver. É uma oportunidade para tornar real uma prática de avaliação formativa e adequar as práticas de avaliação sumativa às aprendizagens que atualmente se preconizam. Esta oportunidade não pode ser desperdiçada. Cabe à tutela estar atenta e facultar os apoios necessários; cabe aos órgãos de gestão da escola e professores, com o apoio dos EE, criarem medidas de apoio eficazes para que todos os alunos aprendam...<sup>11</sup>

*\* Leonor Santos é Investigadora na UIDEF (Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação Formação) e prof.<sup>a</sup> no Instituto de Educação, da Universidade de Lisboa. Foi presidente da Sociedade Portuguesa de Investigação em Educação Matemática*

## Avaliar e aprender: as duas faces da moeda

GISÉLIA PITEIRA



¶ A escola de hoje é uma escola que tem de preparar os alunos para um mundo em constante transformação. Com esta visão e a de que as práticas profissionais dos professores influenciam fortemente a qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos, o Agrupamento de Escolas de Azeitão tem vindo a abrir caminho, desde 2005, na mudança da ação educativa com um conjunto de linhas e medidas. No entendimento de que o conhecimento carrega consigo um valor social e

ético, os sucessivos Projetos Educativos, o Plano de Ação Estratégica, o Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular e, recentemente, o Plano de Inovação, refletem práticas onde se prioriza a interligação e a interseção de saberes de diferentes áreas disciplinares, numa perspetiva horizontal e vertical, o envolvimento ativo dos alunos no seu processo de aprendizagem e, por conseguinte, uma avaliação contínua e sistemática ao serviço das aprendizagens.

A partir de 2016, comprometendo a comunidade educativa com a melhoria do sucesso educativo de todos os alunos, definiram-se como prioridades, no Plano de Ação Estratégica, a retenção apenas no final de ciclo e a melhoria da qualidade dos resultados. Em linha de continuidade, no Plano de Inovação estabeleceram-se compromissos que, pela primeira vez, contemplam a necessidade de atender ao sucesso pleno dos alunos e ao tempo que estes levam para terminar cada um dos ciclos de escolaridade.

Gradualmente redesenharam-se os critérios de avaliação, diversificaram-se os instrumentos e definiram-se perfis de aprendizagem centrados numa avaliação por domínios. Repensar a avaliação é apostar numa escola onde se respeita o ritmo de cada um e onde todos, na > sua individualidade, têm oportunidade de aprender.

Mas o que é avaliar? Avaliar é um processo de recolha de informação do desempenho do aluno sobre uma determinada situação observável, que é interpretada segundo os critérios de avaliação e sobre a qual é produzido um juízo de valor. A intenção do professor em relação à avaliação que faz, o uso que dá à informação recolhida, pode contribuir mais ou menos para a aprendizagem do aluno. O professor deve ser preciso e dar pistas sobre a forma como o aluno pode melhorar as suas aprendizagens.

NESTES ANOS DE MUDANÇA de práticas pedagógicas, a avaliação formativa que venho realizando implica a valorização do seguinte tipo de observações:

- “Revelas conhecer o que são retas paralelas e perpendiculares, mas ainda tens de melhorar a sua identificação, utilizando a linguagem matemática correta. Para isso, estuda o resumo da p. 23 do teu manual.”

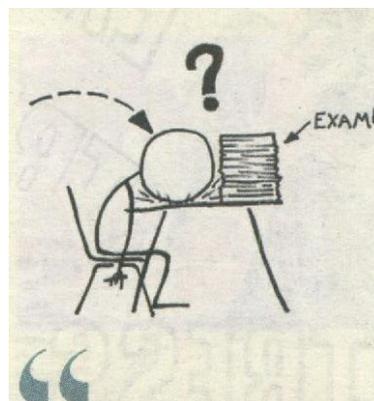
- “Deves pensar melhor na questão nº 2. Por exemplo, podes fazer um desenho ou colocar valores concretos, para te ajudar a pensar.”

Na primeira situação, dar a indicação da página que o aluno tem de estudar é diferente de dizer simplesmente “estuda esta matéria”, o que o poderia deixar desorientado e desmotivado. Na segunda situação, pretende-se que o aluno construa andaimes no seu raciocínio, desde o ensaio de soluções com valores concretos até uma abstração maior e mais formal. Estas apreciações, que já registei em trabalhos de alunos, são exemplo de uma avaliação ao serviço da aprendizagem.

E os instrumentos de avaliação? Nos últimos anos, os testes são entendidos apenas como um dos instrumentos de recolha de informação. O teste dá-nos indicação sobre a situação da aprendizagem do aluno num dado momento, momento esse que é, normalmente, agendado previamente para toda a turma, o que permite que o aluno se prepare estudando a matéria. Estaremos, apenas, a avaliar a sua capacidade de memorização e de aplicação dos exercícios treinados. Estaremos também a pressupor que, nessa data, todos os alunos independentemente do seu ritmo de aprendizagem, estão preparados para demonstrar os seus conhecimentos. Estaremos a ser justos? Estaremos a promover a inclusão?

NO NOSSO AGRUPAMENTO, A AVALIAÇÃO ao serviço das aprendizagens não tem sido um percurso isento de questionamento por parte de alunos e pais, mas é um caminho que temos percorrido

e que eu tenho abraçado com muita convicção. No início deste processo de avaliação, muitos foram os alunos



## Um Plano de Trabalho permite a realização de tarefas diferenciadas, um apoio mais individualizado e uma avaliação, respeitando os diferentes ritmos dentro da mesma turma

que colocaram as questões: “Professora, quando marca o teste?”; “A minha mãe também é professora e, na escola dela, quatro questões de aula dão origem a uma nota. Eu e a minha mãe achamos que também devia ser assim aqui.”; “Professora, por que é que não avisa quando vamos fazer as questões de aula? Assim podíamos estudar!”

Não foi fácil explicar que não seriam avaliados pelos habituais “testes”, mas por diversos instrumentos, entre os quais questões de aula, apresentações orais e fichas de trabalho realizadas individualmente, a pares e em grupo. Comuniquei também que faria uma apreciação sobre o que já eram capazes de fazer e as tarefas que deveriam realizar para desenvolver as aprendizagens essenciais previstas. A avaliação vai acontecendo, seja por minha iniciativa, seja a pedido dos



Data: 04.12.2019

Título: Mudanças na avaliação das aprendizagens dos alunos

Pub:

**JL** Educação



Tipo: Jornal Nacional Quinzenal

Secção: Nacional

Pág: 1;4;5;6

alunos.

**Neste momento, já vou tendo alguns alunos que, na sequência do trabalho autónomo, solicitam momentos de avaliação para demonstrar, a si e ao professor, as aprendizagens realizadas. Dar feedback sobre a aprendizagem é responsabilizar os alunos pela construção do conhecimento.**

Valorizando os processos de autorregulação, este ano letivo, no 5º ano, todos os alunos trabalham a partir de um Plano de Trabalho Individual, que orienta as suas aprendizagens.

O desenvolvimento do Plano de Trabalho permite a realização de tarefas diferenciadas, um apoio mais individualizado e, conseqüentemente, a realização de momentos diferentes de avaliação, respeitando-se os diferentes ritmos dentro da mesma turma.

Para além do *feedback* sistemático dado aos alunos sobre a sua aprendizagem, existem cinco momentos de reporte aos encarregados de educação sobre a evolução das aprendizagens, incluindo as áreas a melhorar

ou a consolidar. Esta lógica assenta no carácter contínuo da avaliação formativa, permitindo um ajustamento de processos e estratégias.

Assim, Avaliar e Aprender são duas faces da moeda!..

*\* Gisélia Piteira é professora no Agrupamento de Escolas de Azeitão*

**LINKS DAS INQUIETAÇÕES PEDAGÓGICAS**

[pedagogicasinquietacoes@gmail.com](mailto:pedagogicasinquietacoes@gmail.com)

[inquietacoespedagogicasii.blogspot.pt](http://inquietacoespedagogicasii.blogspot.pt)

[www.facebook.com/InquietacoesPedagogicas](https://www.facebook.com/InquietacoesPedagogicas)

[www.youtube.com/user/inquietPedagogicas](https://www.youtube.com/user/inquietPedagogicas)